

Governo usa rolo compressor e aprova desestruturação da carreira docente

A toque de caixa, o governo aprovou no plenário da Câmara Federal o Projeto de Lei 4368/12 que amplia a desestruturação da carreira docente. A votação ocorreu em 05/12 e, horas antes, a matéria passou pela Comissão de Trabalho e de Administração do Serviço Público (CTASP). Tudo sem nenhum debate com a categoria.

O executivo apresentou pedido de regime de urgência aos textos que seguem para o Senado Federal. O 1º vice-presidente do ANDES-SN, Luiz Henrique Schuch, concedeu entrevista ao Jornal Fique Por Dentro e destacou os principais prejuízos do PL. “O governo ligou o rolo compressor. A luta pela reestruturação da carreira exigirá novas batalhas. As estratégias de ação da categoria serão definidas na reunião do setor das Ifes, nos dias 15 e 16/12, em Brasília”, diz Schuch.

Quais os principais pontos de divergência no PL?

O PL desestrutura a carreira, retira direitos, segmenta a remuneração, torna frágeis e instáveis as regras que regem o trabalho docente. Ataca a autonomia universitária e o regime de dedicação exclusiva, além de revogar o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE).

Durante a greve, a categoria mostrou que era possível reestruturar a carreira dentro dos estreitos limites de piso e teto propostos. E as emendas

visam devolver a racionalidade entre os níveis remuneratórios, regimes de trabalho e titulações, firmando conceitos estáveis, como a amplitude da carreira e a isonomia para situações equivalentes. Nada de inventar figuras esdrúxulas como o cargo de titular livre e a Certificação de Saberes e Competências.

Os artigos 1º e 4º do PL dizem que o PUCRCE passam a compor e pertencer ao novo Plano. Porém, o artigo 37, diz que daqui para frente não se aplicam mais os dispositivos do Plano Único.

Muitos professores estão preocupados com aumento salarial. Afirmam que é melhor os percentuais propostos do que nada. Como você avalia isso?

Estamos lutando por um conceito de carreira adequado. Isso significa a base para que a remuneração seja estável e não se transforme num engodo como tem acontecido. Um sistema perverso que usa a desestruturação para dar aumentos para poucos; que “rifa” as parcelas mais numerosas, especialmente os aposentados. O governo navega no discurso de que concedeu aumentos, mas o montante perderá com a inflação.

E para os aposentados? Em que é possível avançar?

Aparentemente o PL dá o mesmo tratamento para ativos e aposentados, porém é preciso



Vice-Presidente do Andes-SN, Luiz Henrique Schuch, critica pontos do PL carreira.

observar dois aspectos. O 1º diz respeito à relação Vencimento Básico(VB) e Retribuição por Titulação (RT). A discrepância é enorme. É preciso levar em conta que o percentual de doutores é muito menor entre os aposentados já que cumpriram seu período de vida acadêmica em um tempo no qual a titulação tinha outro significado. Há localizações na carreira em que o VB representa apenas um 1/3 da remuneração.

O 2º aspecto é a ilusão de criação de novos degraus na carreira. Houve um verdadeiro empurrão para baixo, especialmente para aqueles que, aposentados, não terão mais a oportunidade de avançar. O maior número de aposentadorias se deu na posição de professor adjunto 4, pois nesse

ponto quase todos ficaram trancados na carreira.

Embora as tabelas anexas ao PL não apresentem lógica na evolução entre níveis e entre classes, é justamente no passo imediatamente superior a posição de adjunto 4 que existe o maior fosso (mais de 20%). Evidentemente, isso é para manter os aposentados distantes do teto remuneratório. O Andes-SN apresentou duas propostas: estabelecer percentuais constantes entre níveis do início ao final da carreira e o enquadramento dos aposentados na posição relativa ao topo em que estavam quando aposentaram. Propostas que, no entanto, não foram levadas em consideração.

**Com informações do Andes-SN.*

Adufes apresenta bandeiras de luta em seminário

Governo tenta cercar manifestações de greve dos trabalhadores

Planos Uniplan e Vitoriamed sofrem reajuste

Adufes apresenta sindicato em seminário de servidores da Ufes

No dia 26 de novembro, a Adufes apresentou o sindicato e as bandeiras históricas de luta do movimento docente para os recém-contratados da universidade. A entidade participou do Seminário de Integração e Conhecimento Organizacional promovido pelo Departamento de Recursos Humanos (DRH) e pelo Núcleo de Treinamento dos Servidores (NTS). A atividade teve como objetivo promover o conhecimento da estrutura organizacional da Ufes.

Na oportunidade, o presidente da Adufes, José Antônio da Rocha Pinto, apresentou a

história da Adufes e do Sindicato Nacional, Andes-SN. Além disso, Rocha destacou as lutas históricas e centrais da categoria, como a defesa de uma carreira docente que preserve a relação entre ensino, pesquisa e extensão.

“A carreira defendida pelo Andes-SN busca oferecer condições adequadas de trabalho, assentado em um projeto de universidade que visa à responsabilidade social da produção de conhecimento”, defendeu. Ele acrescenta ainda que a categoria luta por uma carreira estruturada com uma remuneração digna e com melhores



Presidente da Adufes, José Antônio da Rocha, apresentou o sindicato aos novos docentes.

condições de trabalho, que não são contempladas no Projeto de Carreira 4368/12, encaminhado pelo governo ao Congresso Nacional.

Durante a apresentação, o presidente do sindicato des-

taçou o processo de outras retiradas de direitos dos trabalhadores, a exemplo, a aposentadoria integral. Finalizando a participação, Rocha, convidou os docentes a fortalecerem a luta do sindicato.

Os trabalhadores e a comunicação sindical na América Latina é tema do 18º curso do Núcleo Piratininga de Comunicação

Jornalista, dirigentes sindicais, representantes de movimentos sociais e populares de todo o país se reuniram na cidade do Rio de Janeiro, entre os dias 21 e 25 de novembro, no 18º curso do Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC). O tema do curso deste ano foi “Os trabalhadores e a comunicação sindical na América Latina”. Com o objetivo de incentivar a formação da equipe de comunicação da Adufes, a entidade enviou a jornalista Giselle Pereira para o curso anual.

No evento, foram debatidos assuntos relacionados a Teoria e prática na Comunicação Latino-americana; A nossa comunicação e a deles; Desafios para a comunicação de esquerda; Tvs pública comercial e estatal; Cinema sindicato e ideologia. De acordo com a

coordenadora do NPC, Claudia Santiago, a temática escolhida teve como objetivo discutir os diversos assuntos dentro do contexto latino americano.

“É preciso que avancemos na construção de uma comunicação produzida com e para os trabalhadores, que respeite a diversidade dos grupos e atores envolvidos”, disse Claudia. Além disso, a coordenadora destacou que as atividades de formação do NPC procuram tornar a comunicação dos sindicatos e movimentos sociais mais estratégica na luta das bandeiras históricas das entidades.

Na avaliação do vice-presidente do Andes-SN e encarregado da imprensa, Luiz Henrique Schuch, o curso é um espaço de reflexão a respeito da comunicação sindical. “A atividade motiva os jornalistas e



Durante o 18º Curso do NPC foi lançado o documentário sobre Carlos Marighella.

dirigentes do Andes-SN a buscarem consolidar o trabalho em rede. Um esforço que envolve o sindicato nacional e as seções sindicais em ações previstas no Plano Geral de Comunicação, aprovado no 30º Congresso”, destacou.

Para a jornalista do Andes-SN que participou do curso, Rejane Medeiros, a atividade valoriza o saber técnico aliada à conscientização de classe. “O principal desafio do jornalismo

sindical é produzir um material atraente que retrate os anseios da categoria, mas também que permita refletir sobre outras situações. E que estão relacionadas a um sistema econômico a qual, em última instância, produz a desvalorização de todos os trabalhadores”, salientou a jornalista.

O 18º curso do Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC) contou com a presença de cerca de 300 participantes.

Governo ameaça direito de greve dos servidores públicos

Ante a uma das greves mais longas no serviço público, com destaque para o movimento da Educação, em que as paralisações duraram cerca de quatro meses, o governo tenta cercear mais uma conquista dos trabalhadores: o direito de greve.

Direito que vem sendo minado, na prática, desde os governos Collor, FHC, Lula e agora, Dilma. E tudo para enfraquecer as lutas dos servidores públicos visando a redução de salários e a retirada da data-base para negociação.

Diante do contexto, o governo reabre o debate no Congresso sobre a regulamentação das paralisações. Atualmente existem diferentes projetos que tem por objetivo dificultar as manifestações,

como os PL's 710/11, do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), 83/07 e 84/07, ambos de autoria de Paulo Paim (PT-RS).

De acordo com as propostas, será fixada uma série de exigências para que os servidores possam entrar em greve. Uma delas determina que os grevistas sejam obrigados a comunicarem as paralisações com pelo menos 15 dias de antecedência.

PL's tentam inviabilizar a greve no setor público. Na avaliação de Helder Gomes, professor do Departamento de Economia da Ufes, o objetivo dos projetos é restringir a participação do trabalhador nas greves. "Uma vez aprovado os PL's, estará cerceada a liberdade de organização dos trabalhadores no serviço público.



Foto: CSP-Conlutas

PL's que tramitam no Congresso tem por objetivo restringir o direito de greve.

Helder explica ainda que as organizações sindicais terão dificuldades de realizar movimentos paretistas se forem agir em conformidade com a legislação. "As restrições ao direito de greve serão mais um motivo de protestos e de

reivindicações dos trabalhadores", destacou.

Decreto. Em julho deste ano, no auge das paralisações, o governo editou o decreto 7.777/12, intitulado de fura-greve, cortando o ponto dos grevistas.

Excesso de produtivismo afeta saúde dos docentes

É o que mostra o estudo "Trabalho e produtivismo: saúde e modo de vida de docentes das instituições públicas de Ensino Superior" da professora Izabel Cristina Borsoi*, do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Ufes.

A pesquisa, realizada entre 2009 e 2010 com 96 professores efetivos da Ufes, retrata como o produtivismo está acabando com a saúde dos docentes. Essa lógica é um dos desdobramentos da reestruturação universitária que começou na década de 70.

Os entrevistados relataram problemas de saúde, tais como

depressão, ansiedade, enxaqueca, gastrite, hipertensão e diabetes. E mais: a pesquisadora constatou que a maioria dos adoecimentos é desconhecida pela universidade. O que, do ponto de vista científico, indica um desastre em plena função.

Situações de adoecimentos. De acordo com a pesquisa, os docentes estão ultrapassando a fronteira entre tempo de trabalho e o tempo privado. "Hoje, o professor tem que dar conta da sala de aula, orientar alunos, preencher relatórios, fazer pareceres, participar de diferentes comissões e colecionados. É muita pressão, o que

provoca o adoecimento", diz a professora Cristina Borsoi.

A constatação é que a reestruturação universitária não contemplou mudanças sustentáveis nas condições de trabalho. As atividades acadêmicas aumentaram, consagraram-se a publicação – sem importar o valor do conteúdo –, enquanto o contingente de docentes regride na proporção em que se expandem as demandas.

Publicar é a palavra-chave. A pressão é ainda maior nos programas de pós-graduação, onde existe a obrigatoriedade de manter elevada a denominada "produção científica". As principais

responsáveis pela busca de produtividade são as políticas de metas das próprias instituições financiadoras e/ou reguladoras – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPS) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), principalmente. O trabalho ainda discute as diferenças de gênero.

Os artigos estão na íntegra no site www.adufes.org.br

**Izabel Cristina Ferreira Borsoi é psicóloga, professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Ufes e uma das linhas de pesquisa em que atua é Saúde e Trabalho.*

Planos Uniplan e Vitoriamed sofrem reajuste

O índice é de 7,93% e retroativo a novembro. A operadora pediu 32,51% para o Uniplan e 23,40% para o Vitoriamed. A data de aniversário dos planos é julho. No ano passado, a Unimed também tentou reajustar a mensalidade em mais de 30%, o que foi negado pelo sindicato. Sem acordo, a Unimed pediu cancelamento do contrato.

A Adufes recorreu à Justiça que, por sua vez, determinou a continuidade dos contratos e a fixação do índice

máximo divulgado anualmente pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). O sindicato aguarda a sentença definitiva. Este ano, após análise das planilhas da Unimed, a entidade sindical constatou erros nas informações e, por isso, novos documentos foram solicitados. A operadora diz que acatou a liminar, porém enviou fatura com valores alterados e indicando retroatividade a agosto. A Adufes aguarda explicações da operadora.



Carteirinha de associado da Adufes já está sendo emitida

As carteiras de identificação dos associados da Adufes já estão disponíveis no sindicato. Mas, somente para aqueles que fizeram as fotos durante as festas do Dia do Professor ou, ainda, que tiraram as fotografias até o dia 12 de novembro, na sede do sindicato.

O documento pode ser retirado de segunda a sexta-feira, das 9 às 18 horas, na secretaria da entidade, no primeiro piso. Quem ainda não tirou a foto deve procurar a Comunicação da Adufes até o dia 14/12, para receber a carteira em janeiro. A foto e a carteirinha são feitas



sem nenhum custo adicional. Professor, não deixe de

adquirir o seu documento de identificação de associado.

NOTÍCIAS DO JURÍDICO

Justiça reconhece direito de adicional por tempo de serviço

O Juiz da 2ª Vara Federal Cível de Vitória, nos autos do processo 0013142-28.2011.4.02.5001, proferiu sentença favorável a um docente aposentado filiado à Adufes. No processo, o magistrado determina que

a Ufes, no prazo de 30 dias, abstenha-se de descontar o adicional nos vencimentos a título de reposição ao erário. Além disso, que mantenha o pagamento do percentual de 31% relativo ao Adicional de Tempo de Serviço.

Condenou a UFES,

ainda, a efetuar o pagamento dos valores eventualmente descontados do docente. A devolução deve ser devidamente atualizada, com juros de mora, fixados na forma do artigo 1º - F, da Lei nº 9.494/97, com as alterações promovidas pela Lei 11.960/2009.

Entendeu o juiz que o ato administrativo que concedeu o Adicional de Tempo de Serviço ao professor, em 1989, se mantém válido. Salienta-se que essa decisão não é definitiva, na medida em que pode ser alvo de recurso por parte da Universidade.

EXPEDIENTE

Publicação da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo.

ADUFES - Seção Sindical do Andes - SN
Av. Fernando Ferrari, s/n, Campus Universitário, Goiabeiras, Vitória.
ES CEP 29075-910

Fone: 27. 3335.2717 Fax: 27. 3227.3908
www.adufes.org.br
comunicacao@adufes.org.br

José Antônio da Rocha Pinto
presidente

Temístocles de Sousa Luz
vice-presidente

Geraldo Rossoni Sisquini
tesoureiro geral

Thiago Drumond Moraes
1º tesoureiro

Rafael da Silveira Gomes
secretário geral

1ª secretária

Bernardete Gomes Mian

1º suplente

Susane Petinelli Souza

2ª suplente

Maria Daniela Corrêa de Macedo

3ª suplente

4ª suplente

Jornalista Responsável:

Giselle Pereira (Mtb 2644)

Vívia Fernandes (Mtb 447)

Designer Gráfico

Gustavo Binda

Tiragem: 2.000 exemplares